

SUMÁRIO

Prefácio.....	13
Lista de Abreviaturas.....	19
Introdução.....	23
1. Harmonização jurídica no direito internacional.....	23
2. Conceitos e delimitação.....	24
3. Plano do estudo.....	25
4. Observações.....	26

PARTE I

A harmonização, uniformização e unificação do Direito

CAPÍTULO I

As bases da harmonização jurídica: surgimento, modalidade e instrumentos

1. Diversidade de sistemas jurídicos e objetivos da harmonização jurídica.....	28
2. Modalidades de harmonização.....	33
2.1. Dirigida.....	33
2.1.1. Formal.....	34
2.1.2. Informal.....	34
2.2. Espontânea.....	35
2.3. Indireta.....	35
2.3.1. Apoio em documentos de direito uniforme.....	35
2.3.2. Trabalhos preparatórios comparatistas para leis nacionais.....	37
2.3.3. Resultado de processos históricos.....	39
3. Esclarecimentos sobre os conceitos harmonização, uniformização e unificação do Direito.....	39
3.1. Harmonização.....	40
3.2. Uniformização.....	41

3.3. Unificação.....	42
4. Instrumentos para a harmonização dirigida do Direito.....	44
4.1. Atos de organismos supranacionais.....	44
4.2. Convenções internacionais.....	45
4.3. Leis modelo.....	47
4.4. Regras.....	49
4.5. Princípios.....	50
4.6. <i>Restatements</i>	50
4.7. Legislação paralela.....	51

CAPÍTULO II

Harmonização no âmbito universal e regional

1. Universal.....	52
1.1. Conferência da Haia.....	52
1.2. Unidroit.....	54
1.3. Uncitral\Cnudci.....	55
2. Regional.....	56
2.1. Europa.....	57
2.2. América Latina.....	57
2.2.1. Congresso e Tratados de Lima.....	57
2.2.2. Tratados de Montevidéu.....	58
2.2.3. Código Bustamante.....	59
2.2.4. Conferências Especializadas Interamericanas sobre Direito Internacional Privado (CIDIPs).....	60
2.2.5. Organizações regionais na América Latina.....	61
2.3. África.....	61

CAPÍTULO III

Interpretação do direito uniforme

1. A importância da interpretação.....	64
2. Métodos de interpretação aplicáveis ao direito uniforme.....	64
2.1. Métodos gerais de interpretação.....	65

2.2. Métodos especiais de interpretação.....	70
2.2.1. Interpretação comparatista.....	70
2.2.2. Interpretação pela origem.....	70
2.2.3. Interpretação autônoma dos tratados.....	72
2.2.4. Métodos regionais de interpretação.....	76
3. Competência para interpretação.....	77
3.1. Interpretação por órgãos jurisdicionais estatais.....	77
3.2. Interpretação por tribunais internacionais.....	78
3.3. Interpretação por instituições regionais.....	79
3.3.1. União Européia.....	79
3.3.2. Comunidade Andina.....	80
3.3.3. Mercosul.....	80
3.3.4. MCCA-SICA.....	80
3.3.5. OHADA.....	81
3.3.6. COMESA.....	82

PARTE II

A Harmonização jurídica em processos de integração: União Européia, Comunidade Andina e Mercosul

CAPÍTULO IV

Breves Considerações sobre a dimensão do tema em organizações regionais de integração

1. A relevância da harmonização jurídica para a integração regional.....	84
1.1. Graus de integração e intensidade da harmonização jurídica.....	86
2. O tema nos tratados de integração.....	88

CAPÍTULO V

União Européia

1. Harmonização jurídica na União Européia.....	90
2. Aproximação jurídica pela via legislativa.....	92
2.1. Diretivas.....	92
2.1.1. Fundamento comunitário.....	92
2.1.2. Função harmonizadora.....	93
2.1.3. Efeito direto.....	94
2.1.4. Responsabilidade do Estado pela adequada transposição de diretivas.....	95
2.1.5. Órgãos nacionais competentes para assegurar o cumprimento e efetiva transposição de diretivas.....	101
2.1.6. Princípio da interpretação conforme.....	103
2.2. Regulamentos.....	104
3. Fundamentos do direito comunitário - importância para a harmonização jurídica.....	105
4. Aproximação jurídica pela via jurisdicional.....	111
4.1. A competência do TJCE para apreciação de questões prejudiciais.....	111
4.1.1. Normas sujeitas à interpretação a título prejudicial.....	113
4.1.2. Noção de órgão jurisdicional nacional de acordocom o Tribunal de Justiça das Comunidades Européias.....	114
4.1.3. Poder-dever de submeter questões de interpretação aoTribunal de Justiça das Comunidades Européias...	117
4.1.4. Efeito dos acórdãos prejudiciais.....	118
4.1.5. Criação de noções comunitárias.....	120
4.2. Interpretação do direito comunitário pelos juízes nacionais.....	126
5. Harmonização jurídica pela via comunitária convencional.....	127
5.1. Convenção de Bruxelas.....	130
5.2. Convenção de Roma.....	133

6. Harmonização espontânea pela incorporação autônoma do direito comunitário.....	137
7. Aproximação jurídica por meio de instrumentos não comunitários.....	140

CAPÍTULO IV

Comunidade Andina

1. Harmonização jurídica na Comunidade Andina.....	141
2. O ordenamento jurídico andino.....	144
3. Antecedentes e criação de Tribunal de Justiça.....	152
3.1. Competência do Tribunal de Justiça da Comunidade Andina para interpretação a título prejudicial.....	155
3.1.1. Características da interpretação prejudicial no sistema da Comunidade Andina.....	155
3.1.2. Vinculação do juiz nacional dos Estados-membros da Comunidade Andina.....	158
4. Métodos de interpretação aplicados pelo Tribunal de Justiça da Comunidade Andina.....	159
5. O direito andino no contexto latino-americano.....	160

CAPÍTULO VII

Mercosul

1. Harmonização jurídica no Mercosul.....	162
2. Harmonização jurídica pela normativa Mercosul.....	163
2.1. Incorporação, obrigatoriedade e vigência das fontes jurídicas do Mercosul.....	163
2.2. Assimetrias constitucionais.....	168
2.3. Eficácia da normativa Mercosul como mecanismo para harmonização jurídica.....	174
3. Harmonização jurídica pela via convencional.....	176

4. Interpretação do direito originário e derivado do Mercosul....	180
4.1. Interpretação pelos Tribunais Arbitrais <i>Ad Hoc</i> e pelo Tribunal Permanente de Revisão.....	180
4.2. Interpretação pelos juízes nacionais.....	190
5. Harmonização jurídica informal e indireta.....	192
 Bibliografia.....	 194